



COMUNICADO DE IMPRENSA

EMBARGO

O conteúdo deste comunicado de imprensa e do relatório a que se refere não poderá ser citado nem resumido pelos meios de comunicação impressos, radiodifônicos, televisados ou eletrônicos antes das

17:00 horas GMT de 16 de julho de 2009

(13:00 em Nova York, 19:00 em Genebra, 22:30 em Nova Déli, 02:00 – 17 de julho em Tóquio)

UNCTAD/PRESS/PR/2009/029*

Original: Inglês

FOME DE MUDANÇA: PMA PRECISAM DE NOVAS POLÍTICAS PARA FORTALECER A AGRICULTURA, DIZ RELATÓRIO DA UNCTAD

A crise alimentar de ano passado evidenciou as deficiências de um setor agrícola que é crucial para as economias dos PMA

Genebra, 16 de Julho de 2009 – Os 49 países menos avançados (PMA) necessitam aumentar seus investimentos em agricultura para reduzir a fome e evitar futuras crises alimentares, diz um novo relatório da UNCTAD (Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento). Ele incita os governos PMA a tomarem medidas que levem a rendimentos agrícolas mais elevados, mais apoio local aos agricultores (inclusive mulheres), direitos dos agricultores à terra mais seguros e melhores conexões regionais que possam impulsionar mercados agrícolas.

Dos 31 países que no mundo inteiro atualmente enfrentam crises alimentares, 21 são PMA. Estima-se que 1 bilhão de pessoas enfrentam a fome crônica no mundo inteiro. Níveis de investimento inadequados hoje significarão produtividade baixa amanhã, diz o relatório. Com uma demanda por alimentos crescente, em particular em zonas urbanas em rápida expansão, os PMA correm o risco de ficarem aprisionados no círculo vicioso de pobreza, fome e crescimento inadequado. A crise alimentar do ano passado – desencadeada por uma triplicação de preços de alguns alimentos básicos – ressaltou riscos políticos e econômicos que podem tornar-se recorrentes em muitos PMA, a menos que haja uma mudança de orientação. Para remediar essas falhas, os PMA devem dar maior prioridade à agricultura nas políticas do governo, recomenda o **Relatório de 2009 sobre os Países Menos Avançados**¹ da UNCTAD.

* **Contacto:** Oficina de Prensa, +41 22 917 5828, unctadpress@unctad.org, <http://www.unctad.org/press>

¹O relatório em inglês The Least Developed Countries Report 2009: The State and Development Governance (Sales No. E.09.II.D.9, ISBN 978-92-1-112769-0) ou em espanhol Los países menos adelantados, Informe de 2009: El estado y la gobernanza del desarrollo (Nº de venta: S.09.II.D.9, ISBN 978-92-1-112769-0) pode ser adquirido junto aos escritórios de vendas das Nações Unidas nos endereços indicados a seguir, ou junto aos agendados de vendas das Nações Unidas presentes em muitos países. Preço: US\$ 50; preço especial de US\$ 25 para os países em desenvolvimento e países dos Sudeste Europeu e CEI; e US\$ 12,50 para os países menos avançados. Favor enviar os pedidos ou consultas para Europa, África e Ásia ocidental à Seção de Publicações e Vendas das Nações Unidas, Palais des Nations, CH-1211 Genebra 10, Suíça, fax: +41 22 917 0027, endereço eletrônico: unpubli@un.org; e para América e Ásia oriental a Publicações das Nações Unidas, 2 UN Plaza, DC2-853, Nova York, NY 10017, Estados Unidos da América, tel.: +1 212 963 8302 ou +1 800 253 9646, fax: +1 212 963 3489, endereço eletrônico: publications@un.org, Internet: <http://www.un.org/publications>.

O relatório, publicado hoje, tem com subtítulo **O Estado e a Governança do Desenvolvimento**.

Os PMA ainda dependem muito da agricultura para o crescimento econômico, o emprego e as receitas de exportação. Dois terços do sua força de trabalho trabalha na agricultura, que gera 28% do produto interno bruto (PIB) dos PMA. Três quartos dos pobres desses países vive em áreas rurais onde a agricultura é muitas vezes o único meio de sustento. Prevê-se que a população dos PMA aumentará quase ao dobro – de 670 milhões em 2000 a 1,3 bilhões em 2030 – e por isso as reformas são vitais, já que haverá muito mais gente para alimentar-se, diz o relatório.

Os PMA atualmente encontram-se em um círculo vicioso de produção alimentar insuficiente, agricultura de subsistência, produtividade baixa, investimento em queda, escassez crescente de terra e água e taxas crescentes de urbanização. Além disso, a agricultura estará na linha de frente de uma série de desafios de longo prazo que se combinarão, incluindo mudança climática, depleção de recursos naturais, pobreza, produção de biocombustíveis e pressão demográfica. O estudo adverte que os PMA provavelmente sofrerão os piores impactos negativos da mudança climática. Ele afirma que os PMA correm o risco de ter níveis de insegurança alimentar mais elevados no futuro.

A quebra desse círculo vicioso necessitará que os governos tenham um papel mais ativo do tiveram nos últimos 30 anos. Os PMA devem ser capazes de gerar um excedente agrícola crescente, que é essencial ao desenvolvimento tanto agrícola como não-agrícola. A produtividade agrícola deve aumentar. Ao mesmo tempo, os PMA devem adotar medidas para diversificar suas economias, para que eles se tornem menos dependentes da agricultura, diz o relatório. É igualmente necessário conectar setores econômicos de maneira mais efetiva e criar oportunidades de emprego não-agrícola. O relatório defende uma transformação estrutural do setor agrícola dos PMA para enfrentar tais desafios de longo prazo. Ele inclui as seguintes recomendações:

1. Aumentar o investimento na agricultura. Os PMA necessitam não só reverter a queda conjuntural do investimento no setor agrícola, mas também mobilizar novos recursos para fomentar o crescimento da produtividade a longo prazo. O aumento do investimento público e privado é necessário para fortalecer capacidades de agricultores. Tal investimento também deveria fomentar a adoção de novas tecnologias e inovações; desenvolver a infraestrutura (estradas, armazenagem, instalações de atacado etc.) e criar um entorno que leve ao desenvolvimento rural e à redução da pobreza. O desenvolvimento de um setor privado dinâmico nas economias dos PMA (inclusive agricultores e as suas organizações), assim com as parceiras público-privadas, serão essenciais para fomentar o investimento nos setores produtivos. A maior parte desse investimento terá de vir de fontes públicas, mas contribuições também serão necessárias do setor privado, de organizações não governamentais (ONG) e fundações internacionais. Políticas macroeconômicas favoráveis ao investimento terão de ser combinadas com o acesso ao crédito em termos razoáveis, em particular para os agricultores de porte pequeno e médio (ver UNCTAD/PRESS/PR/2009/030).

2. Promover a mudança tecnológica para fomentar a produtividade agrícola. Os governos têm de tomar medidas que melhoram o acesso de agricultores de pequeno porte a insumos agrícolas como sementes, fertilizantes e pesticidas. Após anos da negligência de pesquisa e desenvolvimento (P&D) agrícolas, os governos de PMA devem promover ativamente a inovação tecnológica através do apoio a instituições de P&D, a fim de realizar rendimentos agrícolas mais elevados. Também devem aumentar os esforços para difundir conhecimento sobre agricultura eficaz e gerência eficaz de fazendas. Informações sobre enfoques inovadores e experiências bem-sucedidas na agricultura devem ser compartilhadas mais efetivamente.

3. Fomentar capacidades e instituições agrícolas locais. Os governos devem estimular o envolvimento de organizações reforçadas de produtores e da sociedade civil, como as cooperativas agrícolas, a gerenciar a agricultura e responder às mudanças na agricultura. Os governos também devem reconhecer a importância das mulheres, que desempenham um papel muito importante na agricultura dos PMA. Outra medida necessária é melhorar a proteção do direito dos agricultores de pequeno porte à terra e a outros ativos. A longo prazo também é importante promover a utilização sustentável dos recursos naturais dos PMA.

4. Apoiar a integração regional dos PMA. O relatório defende investimentos maciços no estabelecimento de conexões econômicas efetivas entre os PMA e seus países vizinhos. Isso pode fortalecer os mercados regionais para produtos agrícolas. Os PMA também devem esforçar-se para assegurar que essas conexões regionais tenham um impacto significativo sobre o sustento das populações rurais. Atualmente os agricultores rurais e as suas famílias estão frequentemente desconectados de mercados regionais pertinentes.

*** ** ***